

# **“Abertura não é ainda democracia”**

**ESTADO** — Sob um certo ponto de vista, a eleição para o Congresso Nacional foi mais importante do que a disputa pelos governos estaduais. Essa importância fica ressaltada pelo fato de o presidente Figueiredo ter declarado, durante a campanha, que precisava de uma maioria governista no Congresso para mudar a Constituição. Por outro lado, a grande parte das oposições sempre defendeu a tese de que era necessária uma maioria oposicionista no Congresso para promover uma reforma constitucional mais ampla do que a desejada pelo presidente, ou mesmo para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Nesse quadro, gostaríamos de saber como os senhores vêem o papel do futuro Congresso.

**SAMIR ACHOA** — Em primeiro lugar, nós entendemos que deve ser contado em favor do presidente da República apenas o aspecto da abertura e da sua serenidade, da serenidade com que ele recebeu o resultado das urnas. Mas a grande verdade é que há um equívoco no nosso país — e que, aliás, é passado para a opinião pública internacional — de que vivemos numa democracia. Democracia envolve a representação e a participação popular. No Brasil temos um Congresso castrado, sem força nenhuma para legislar, onde você pode apenas falar, denunciar alguma coisa, mas com o risco de ver acionada a Lei de Segurança Nacional. O papel do futuro Congresso, se não houver alterações, e lamentavelmente, por decisão do Executivo, será nulo. Há abertura no Brasil — abertura pelo desaparecimento da censura, do AI-5 e pela anistia — mas permanece uma Lei de Segurança Nacional que é mais draconiana do que o AI-5. Há um instrumento dentro da Constituição que foi colocado subrepticamente em 1977, e que determina a anulação do Congresso. Até etimologicamente o Congresso inverte hoje, porque o artigo 48 estabelece a separação para as votações na Câmara dos Deputados e no Senado. Nós somos 420 deputados e 67 senadores. Se 420 deputados votarem favoravelmente a uma matéria, e se ela contar com a aprovação de mais 33 senadores, terá, então, os votos de 453 ditos congressistas. Mas bastam os outros 34 senadores votarem contra para essa maioria ser derrotada. Portanto, o princípio fundamental da democracia está contrariado. Sem que haja devolução ao Congresso Nacional das prerrogativas, principalmente daquelas que se referem a legislar, cairemos, evidentemente, numa abertura fúria, sem que haja o estabelecimento da democracia que nós queremos. Eu sou favorável realmente à Constituinte e, se ela não for possível, a reformas constitucionais que pudessem pelo me-

nos aproximar-se de uma Constituinte. Infelizmente, o Congresso não tem suas prerrogativas, não tem o poder de decidir. Isso não é democracia. Estão confundindo democracia com a abertura.

**FARABULINI JÚNIOR** — Como nós fomos dos deputados federais mais votados, temos uma responsabilidade muito grande perante a opinião pública. Aí está a função do partido político, colocar os problemas nacionais de maneira a que sejam equacionados e solucionados. No que tange ao PTB, somos apenas 13 deputados na Câmara Federal e, por acaso, somos oito de São Paulo e cinco do Rio de Janeiro. Evidentemente, com apenas 13 deputados nós não poderíamos estabelecer um trabalho para delinear as grandes soluções. Mas acreditamos que todo trabalho eleitoral no País foi feito na direção de formarmos as oposições. Estas sim, é que deveriam tomar o poder, principal-

rismo onde se assenta a verdadeira democracia. No meu caso, fui cassado em 1964, quando era deputado à Assembléia. Só pude voltar agora. Temos que nos conscientizar de que unidos ou não, cassados ou não, temos que olhar para a frente e levar esta nação ao seu destino histórico, que não é da subserviência aos povos alienígenas. Ao contrário, nós somos nacionalistas. Temos que estabelecer a base das oposições, encontrar as raízes que nos levaram ao poder, isto é, o povo que tem que ser organizado na base legítima, autêntica e viril para compelir o Congresso a um bom resultado, isto é, para que nós consigamos depois inclusive o voto direto para presidente da República que, no final, é a abertura global.

**DJALMA BOM** — Eu acredito no seguinte: sem liberdade, a vida não vai mudar. O plano do governo federal a respeito do processo de democratização do País ainda continua dentro do sistema de autoritarismo. Acho que uma das coisas fundamentais pelas quais os parlamentares têm de lutar é contra essa falta de prerrogativas. O Executivo continua com todo o poder nas mãos. O trabalho de um deputado, que seria de legislar em favor do povo, é dificultado. A maioria dos decretos ainda fica na alcada e a critério dos Executivos. Nós ainda continuamos sob a guarda de uma Lei de Segurança Nacional; sem a liberdade de expressão, de organização para os trabalhadores e para o povo; os meios de comunicação aí sendo censurados; os sindicatos sendo tutelados ainda pelo Ministério do Trabalho. Há o controle feito pelo Conselho Superior de Censura, pelo Conselho de Segurança Nacional, SNI, o Dops, DOI-Codi, Cenimar. No meu modo de entender, o presidente Figueiredo foi o grande vencedor dessas eleições, porque ele teve todo o controle político durante o processo eleitoral, jogou com a convicção de que ele seria o grande vencedor. Fica uma aparência, assim, principalmente para o resto do mundo, de que no Brasil existe uma democracia. Acho que para nós tem de ficar claro, diante dessas exceções que nós ainda não vivemos em plena democracia. A plena democracia que nós queremos é que o povo brasileiro participe pela base, tendo o direito de voz e voto, tendo o direito de organização; que os partidos políticos não fiquem na clandestinidade e que todos eles tenham o direito de se organizar. O papel primordial de nós deputados no Congresso é, independentemente das outras questões que a gente vai ter de fazer, lutar pelo fortalecimento das Assembléias Legislativas, para que elas possam assumir o seu verdadeiro papel como legisladoras.

**“Se as oposições se unirem, suplantaremos o número de votos dos deputados pedestinos”**

mente na área do Legislativo que, indubitavelmente, é a área do poder público mais importante neste instante. Ocorre, fundamentalmente, que se nós somarmos os votos que os deputados das oposições tiveram vamos verificar que nós, na verdade, suplantaremos em número os deputados do governo. Essa foi a tônica da campanha eleitoral, isto é, nos unirmos todos no pluripartidarismo, para combater exatamente o governo, que desserviu a Nação, que dilapidou os cofres desta Nação a partir de 1965, para ser preciso. No que se refere às oposições, teremos maioria se nos unirmos no Congresso. Essa eleição foi a primeira etapa da abertura política.

Entendo que não houve uma abertura democrática plena. Houve uma abertura democrática muito modesta, muito tênue, quer dizer, uma abertura que, na verdade, serviu apenas para que todos nós que tivemos a nossa punição calcada em 64 voltássemos à vida pública e assim também os novos partidos fossem edificados e nós tivéssemos assim o quadro do pluripartida-